

ATA DO COMITÊ DE GESTÃO DE RISCOS, CONTROLE E INTEGRIDADE - CGRCI

No dia 30 de maio de 2018, na sala 414, sala reuniões da Secretaria Executiva (SE), no quarto andar do Ministério Fazenda, Bloco P, Edifício Sede do Ministério da Fazenda, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, Distrito Federal, às 14h30, reuniu-se em Sessão Extraordinária o COMITÊ DE GESTÃO DE RISCOS, CONTROLE E INTEGRIDADE – CGRCI, com a presença de:

Francisco Bessa (AECI); Juliêta Verleun (SGE); Alan Milagres (AECI); Aparecido Xavier de França (RFB); César Almeida (STN e CE/MF); Laura Rabelo (ESAF); João Batista (CARF); Ana Maria Brandão (SAIN); Ana Maria Netto (CRSFN); Fabiana Lima (COGER); Fábio Pinto Coelho (CVM); Laura Rabelo (ESAF); Luciana Mateus (SUSEP); Luiz Mozzer (COAF); Priscila Gonçalves (AECI e CE/MF); Régis Kakinohana (SGE); Rodrigo Rego (SPE); Sérgio Luiz Gomes (CRSFN); Waldeir Machado (STN); Gustavo de Oliveira (SPOA); David Menegon (CVM); Thiago Rodrigues (AECI); Fabiano Alves (AECI); Mario Nogueira (SGE); Gilberto Moreira (SPREV); André Pereira (SPREV); Otavio Martins (ESAF); Eliane Evangelista (AECI); Luiz Eduardo (RFB); Fernando Lima (CRSFN); Teresa Brandão (SAIN); Adaury Pittanga (COGER); Flávio Vieira (CODIP/SGE); José Barros (COGER/RFB).

O Comitê reuniu-se para tratar da seguinte pauta: (i) Revisão de encaminhamentos da Reunião de 26/04/2018; (ii) Portaria MF nº 85/2018 (Tratamento das demandas de órgãos de controle no âmbito do Ministério da Fazenda); (iii) Materialidade de auditoria; (iv) Riscos Fiscais:

- a) Proposta de regulamentação de riscos fiscais;
- b) Identificação de riscos fiscais a serem adicionados ao levantamento da Assessoria do GMF.

(v) Revisão do Manual de Gestão Integrada de Riscos Corporativos do Ministério da Fazenda; (vi) Apresentação das iniciativas de integridade da RFB (Programa PROTEGER).

A Subsecretária de Gestão Estratégica, Juliêta Verleun, iniciou a reunião agradecendo a presença dos participantes e fez uma breve abertura da reunião. Em seguida, o Presidente do CGRCI, Francisco Bessa, fez a apresentação dos participantes presentes e na sequência, informou a lista de aprovados no curso de capacitação ministrado pela QSP, que obtiveram certificação na nova ISO 31000 que trata de gestão de riscos.

Em seguida, dando início à agenda proposta para o dia, Francisco Bessa falou sobre os encaminhamentos dos riscos fiscais levantados pela equipe do Marcos Mendes da Assessoria Especial do Ministro, ressaltando que tal levantamento já havia sido enviado aos membros do Comitê. Comentou sobre a inclusão da SEFEL e SEPRAC na composição do CGRCI e ficou acordado que essa alteração será tratada na reunião do CEG marcada para julho/2018. Em seguida houve a comunicação de que a Unidade de Gestão do Programa de Integridade do MF (PREVENIR) é a Comissão Executiva do CGRCI, composta pela Ouvidoria, AECEI, COGER, CE/MF e SGE. Também foi observado que o programa PREVENIR está em conformidade com os requerimentos da Portaria CGU nº 1089. Finalizando a revisão, foram alterados dois itens na Ata da reunião do dia 26/04/2018: onde se lê “de que seja revisado o modelo de gestão de riscos”, leia-se “de que seja revisado o modelo de relacionamento de gestão de riscos” e onde se lê “reunião do CEG prevista para junho/2018”, leia-se “reunião do CEG prevista para julho/2018”.

Seguindo a pauta, a palavra foi passada ao Alan Milagres (AECEI) para apresentação e esclarecimentos sobre a Portaria MF nº 85/2018 que diz respeito ao tratamento de demandas

de órgãos de controle. Foi feito o esclarecimento sobre o fluxo dos expedientes vindos de órgãos de controle com destaque para a importância de alinhamento das informações e respostas a serem encaminhadas a estes órgãos pelas diferentes áreas e também por outros órgãos, quando for o caso. Ficou definido que deverá ser dada ciência à AECI sobre os encaminhamentos efetuados pelos órgãos fazendários aos órgãos de controle, a fim de que seja sempre efetuada a avaliação sobre os riscos que estão sendo levantados pelos referidos órgãos de controle e em que medida podem se constituir em temas relevantes para o acompanhamento pelo Ministro e Secretária Executiva.

Dando prosseguimento à pauta, foi iniciada também pelo Alan Milagres, a apresentação sobre materialidade de auditoria. Em sua apresentação ele chamou atenção sobre a abordagem do TCU nas escolhas dos escopos das auditorias realizadas nos órgãos. Foi observada a importância de ter uma cadeia de valor bem estruturada e de ter uma política de gestão de riscos bem consolidada, pois isso reflete nas auditorias realizadas pelos órgãos de controle. Foi levantada a possibilidade de se realizar um treinamento específico a ser ministrado pelo Alan (AECI) e por representantes da CGU sobre esse tema, com o objetivo de que os órgãos fazendários sejam melhor preparados para dar maior efetividade às auditorias financeiras realizadas pelo TCU.

Prosseguindo, Thiago Rodrigues da AECI apresentou proposta de normatização sobre o conceito de riscos fiscais. Tendo em vista a importância de que essa discussão seja aprofundada tecnicamente, notadamente com a STN, a AECI ficou de provocar os encaminhamentos e ficou combinado que na medida do possível, serão compartilhados e catalogados, como material produzido no âmbito do CGRCI, ao materiais, inclusive acadêmicos, referentes ao tema. Régis Kakinohana (SGE) comentou sobre a importância de

que temas como esse (definição de risco fiscal) sejam também discutidos no âmbito do comitê para avaliação de políticas públicas que está sendo criado.

Seguindo para o próximo item da pauta, Barros (Corregedor da RFB) iniciou a apresentação do Programa de Integridade da Receita Federal do Brasil (PROTEGER). Em sua apresentação, foram mostrados o conjunto de ações preventivas realizadas desde o ingresso de novos servidores e o trabalho em conjunto que é feito pelas diversas áreas da Receita. A experiência da Receita evidenciou a importância do compartilhamento de informações sobre integridade por intermédio de visitas aos órgãos e a realização de palestras. No caso da RFB, equipe específica percorre todo o Brasil realizando tais palestras.

Com relação à revisão do Manual de Gestão Integrada de Riscos Corporativos do Ministério da Fazenda, foi lembrado que o Manual foi elaborado em meados de 2015 e não foi revisado desde 2016, sendo necessárias atualizações. Foi proposta a participação e colaboração de membros e/ou participantes do Comitê que tenham algum conhecimento sobre o tema para enviar sugestões para essa revisão do Manual. Se voluntariaram para participar desse esforço de revisão os servidores Mozzer (COAF), João Batista (CARF), Gustavo (SPOA) e Cesar (STN). As ações de revisão e atualização do Manual serão coordenadas pelo servidor Thiago Rodrigues (AECI).

Em seguida Francisco Bessa prestou esclarecimentos sobre o andamento do desenvolvimento do GRIFA (Sistema de Gestão de Riscos do Ministério da Fazenda), informando que a COGTI/SPOA estipulou um prazo de 2 meses para entrega do sistema, que é baseado no Manual de Gestão Integrada de Riscos Corporativos do MF.

Foi combinado que o Plano de Integridade do Ministério da Fazenda será enviado aos membros do CGRCI, para exame e deliberação na reunião de Junho/2018. Foi acertado que



Ministério da Fazenda

eventuais sugestões deverão ser enviadas à Laura (ESAF) por e-mail, para que sejam consolidadas.

A próxima reunião deste comitê ficou marcada para ser realizada extraordinariamente no dia 28/06/2018 e ficou decidido que esta reunião tratará exclusivamente da aprovação do Plano de Integridade do Ministério da Fazenda (PREVENIR).

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião.